

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Elza Maria Cristina Laurentino de Carvalho



O ROCK NA MARÉ: REPRESSÃO NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO MILITAR

Rio de Janeiro  
2016

Elza Maria Cristina Laurentino de Carvalho

O ROCK NA MARÉ: REPRESSÃO NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Miriam Krenzinger A. Guindani

Rio de Janeiro  
2016

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores pela formação que me proporcionaram, pela dedicação e paciência durante minha jornada, em especial aos que aceitaram compor minha banca avaliadora, professora Kátia Mello e professor Samuel Araújo.

À minha orientadora Miriam Guindani, sempre pronta para sanar minhas dúvidas, independente por quais meios fossem, pelo suporte, incentivo e orientações que me faziam voltar à tranquilidade e seguir no rumo certo.

Aos meus pais por toda a batalha que enfrentaram para me criar e fazer entender o que de fato é importante na vida. Agradeço a minha irmã e grande amiga Juliete, que sempre me incentivou e me apoiou.

Ao meu companheiro Diogo, pelo incentivo, paciência e pelos momentos de debate que acendiam uma luz quando precisava. Gratidão amor!

Aos meus amigos que me ajudaram, seja com a presença, com momentos de descontração, com informações importantes para minha pesquisa e indicação de bibliografias, em especial aos amigos Alexandre Dias, Reginaldo Costa, Mayco Barroso e Sinésio Jefferson.

A Jesa, por nossas conversas e pelas ótimas sugestões que me ajudaram imensamente.

Aos entrevistados pela demonstração de confiança e por cederam seu tempo a mim.

Um agradecimento muito especial ao grupo Musicultura e ao professor Samuel Araújo por contribuírem significativamente na construção com meu conhecimento crítico, não só acadêmico, mas também de mundo.

A todos que contribuíram para a minha entrada na universidade pública e assim como, para a conclusão do meu curso.

***"Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.***

***(Bertolt Brecht)***

## Resumo

CARVALHO, Elza Maria Cristina Laurentino de. **O Rock na Maré: Repressão no Contexto da Ocupação Militar**. Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

Este trabalho busca discutir os possíveis motivos pelos quais os eventos de rock do coletivo Rock em Movimento, que acontecem nas ruas da Maré, bairro popular, do Rio de Janeiro - RJ – constituído por conjunto de 16 favelas e aproximadamente 140 mil habitantes, localizado entre a Avenida Brasil, Linhas Amarela e Vermelha, principais pontos de acesso à cidade – não sofreram repressão ou foram impedidos de acontecer, no contexto de ocupação militar para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mesmo com o não cumprimento das normas exigidas e impostas a todos os eventos musicais, diferentemente ao que ocorreu com eventos de outros gêneros, como o funk, situação esta, observada em pesquisas de campo e entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa Musicultura, um coletivo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atua na Maré desde 2004 e do qual faço parte desde 2009. Com base em autores como (Valladares, 2005), (Pacheco, 2014), (Netto, 2006; 2010), (Kapp, 2015), (Encarnação, 2009) e autores mareenses como (Franco, 2014) e (Silva, 2011), articulando com a análise da percepção dos entrevistados quanto ao gênero rock e o que consideravam como explicação para o não impedimento da ocorrência dos eventos, foi possível identificar quatro pressupostos que contribuíram para o entendimento da não proibição pelos militares, dos eventos do gênero rock dentro da Maré. O primeiro seria a não vinculação com o tráfico de drogas, o segundo por não ser um gênero musical com seu nascimento na favela, terceiro a vinculação do gênero rock a classe média branca, e quarto, a visão social

que se tem do público de rock. A metodologia aplicada ao trabalho consiste de entrevista aberta, realizada entre os meses de junho e setembro de 2015, com os produtores dos eventos do Rock em Movimento, os músicos e frequentadores, contendo uma questão da qual permitiu que os entrevistados, selecionados através do método “bola de neve”, livremente falassem sobre o assunto abordado, no qual foi possível identificar elementos de reprodução da visão estereotipada que se tem sobre a favela e sua cultura.

**Palavras-chave:** Repressão, favela, cultura.

## Lista de Ilustrações

Figura 1: Mapa da Pacificação da Maré.....	22
Figura 2: Charge do cartunista Carlos Latuff.....	38
Figura 3: Autorização para realização de evento - Bar do Zé Toré.....	42
Figura 4: Exigências da Força de Pacificação para realização de eventos.....	43
Figura 5: Que tipo de música você mais gosta? (Gênero musical por quantidade de respostas).....	53



## Lista de Tabelas

Tabela 1: Tabela Temática (P – Produtor 1 e 2; M – Músico 1 e 2; F – Frequentador 1 e 2).....	47
--	----

## **Lista de Siglas**

BOPE	Batalhão de Operações Especiais
Bope/PMERJ	Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro
BPChoque	Batalhão de Polícia de Choque
MPB	Música Popular Brasileira
Promorar	Programa Morar
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
Wasp	White, anglo-saxon and protestant

## Sumário

Introdução.....	11
<b>Capítulo 1</b> .....	14
1.1 Criminalização da Favela.....	14
1.2 A Maré.....	18
1.3 Processo de Militarização das Favelas na Última Década.....	19
<b>Capítulo 2</b> .....	25
2.1 Criminalização da Música.....	25
2.2 O Rock.....	27
2.3 O Rock na Maré.....	36
<b>Capítulo 3</b> .....	45
3.1 Considerações metodológicas.....	45
3.2 A análise das entrevistas.....	46
<b>Considerações Finais</b> .....	56
<b>Referências</b> .....	60

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os eventos de rock, do coletivo Rock em Movimento, do qual faço parte, que acontecem em uma das favelas que compõe a Maré, bairro popular, do Rio de Janeiro - RJ – constituído por um conjunto de 16 favelas e aproximadamente 140 mil habitantes, margeado pela Avenida Brasil, linhas Amarela e Vermelha – após a ocupação militar, para a implantação de uma Unidade de Polícia pacificadora (UPP), em março de 2014, e a possível repressão por parte dos militares que o referido evento possa ter sofrido, vide a repressão sofrida por eventos culturais no local. O trabalho apresentado busca refletir e contribuir com o debate no que se refere à repressão militar e criminalização de práticas culturais originárias na Maré.

O questionamento do estudo apresentado se deu a partir de investigações realizadas pelo grupo de pesquisa Musicultura<sup>1</sup>, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) coordenado pelo professor doutor Samuel Mello Araújo Junior, do qual faço parte desde 2009, ao estudar as práticas musicais da Maré, através de debates orientados por bibliografias e de pesquisas de campo no contexto da ocupação militar.

Minha aproximação com movimentos sociais que discutiam sobre a criminalização da população favelada, juntamente com meu envolvimento com o

---

<sup>1</sup> O grupo Musicultura é um coletivo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Etnomusicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuante no bairro Maré desde 2004, no qual estuda suas práticas musicais juntamente com sua dinâmica social, coordenado pelo professor doutor Samuel Mello Araújo Junior. O grupo é formado por graduandos e pós-graduandos de diversas áreas do conhecimento (bolsistas e voluntários) e estudantes do ensino médio (bolsistas de iniciação científica júnior – FAPERJ), em sua maioria os pesquisadores são moradores do bairro Maré. O grupo trabalha sob a perspectiva da pesquisa-ação participativa, no qual não somente há um diálogo e uma troca de conhecimento com os moradores, como também os mesmos são pesquisadores, que estudam o local, não apenas com o intuito de conhecer criticamente, mas também modificar a realidade ali existente. Baseia-se também na pedagogia do educador brasileiro Paulo Freire, prezando a construção coletiva do conhecimento, o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, o diálogo e a horizontalidade.

movimento de rock que existe na Maré – que tiveram como alguns dos desdobramentos a realização de eventos como o Maré de Rock – Pela Vida, Contra o Extermínio; Maré de Rock II: Pelo Direito à Cidade e Contra a Criminalização da Pobreza e o próprio Rock em Movimento – além da minha participação com o grupo Musicultura que, ao longo dos anos em que participo da pesquisa, possibilita-me debater criticamente a sociedade em que vivemos – que permitiram-me observar de perto e de maneira crítica as formas como os eventos musicais aconteciam antes e após a ocupação militar.

Por ser moradora da Maré desde meu nascimento, participar ativamente da construção coletiva de eventos do Rock em Movimento e em uma banda de rock da qual sou vocalista há 15 anos, a Algoz, tenho a possibilidade de enxergar alguns aspectos que possivelmente não seriam tão perceptíveis para alguém de fora do local, no entanto a construção de conhecimento juntamente com pesquisadores do Musicultura que não são residentes na Maré, permite-me uma troca de olhares sobre o objeto de estudo, que contribui para uma visão mais ampla e rica.

Após perceber que a inserção militar no local representou repressão, controle e proibição de alguns eventos musicais, como por exemplo, os relacionados ao gênero funk, um questionamento se levantou: Porque o rock não está sofrendo as mesmas interferências, regulação e consequentemente a proibição?

A partir dessa inquietação iniciei o estudo, com uma pesquisa de natureza qualitativa, para tentar entender através da visão dos entrevistados, os motivos pelos quais os eventos de rock não sofriam repressão. Ao todo seis entrevistas foram realizadas, através do método “bola de neve”, contendo a percepção de produtores do evento de rock, músicos e frequentadores. Uma separação por temas foi efetuada e em seguida uma análise temática de suas percepções. Para Bardin

(1977, p. 106), o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.

O estudo apoiou-se em autores como (Valladares, 2005), (Pacheco, 2014), (Netto, 2006; 2010), (Kapp, 2015), (Encarnação, 2009) e autores mareenses como (Franco, 2014) e (Silva, 2011).

O trabalho apresentado está organizado em cinco seções. Na presente introdução são abordados rapidamente o contexto na qual o estudo se desenvolve e a metodologia utilizada.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão sintética de fontes primárias sobre o surgimento da favela no Rio de Janeiro, sua criminalização, e a de seus moradores, assim como o surgimento da Maré e a proposta de implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora.

O segundo capítulo aponta a criminalização da música, o surgimento do rock e o movimento rock na Maré.

No terceiro capítulo apresento a metodologia utilizada para a realização e análise das entrevistas, juntamente com a reflexão sobre os possíveis motivos pelo qual o rock na Maré não foi alvo da repressão militar.

Por fim, as Considerações Finais, pautadas na percepção dos entrevistados, procurando compreender o que possivelmente levaria os militares a enxergarem os eventos de rock de forma diferenciada, ao ponto de não reprimirem, mesmo o evento não cumprindo nenhuma das exigências estabelecidas pelo comando, algo que era uma imposição a todos os eventos.

## **CAPÍTULO 1**

### **1.1 Criminalização da Favela**

Desde seus primórdios, a favela no Rio de Janeiro, sempre foi vista como um problema urbano e social, que precisava ser resolvido, pois claramente interferia esteticamente na paisagem da cidade, além de representar perigo para as classes dominantes, uma preocupação que se inicia desde o início do século XX.

Nos anos de 1920 uma campanha se estabelece para acabar com aquela que era associada a uma doença dentro do espaço urbano, a favela, e que toma corpo nos anos de 1930 com as obras de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 36).

Vista como foco de doenças e epidemias que contaminavam a cidade, tornou-se alvo de médicos higienistas, portanto era necessário estabelecer formas de combater o que consideravam uma enfermidade, uma patologia social. Segundo Valladares (2005, p. 40-41), “para isso, as moradias deveriam ser salubres, submetidas com rigor às regras de higiene, circulação de luz e ar para poder usufruir de uma atmosfera sadia”.

De acordo com Valladares (2005, p. 41), pensava-se em como fazer com que a cidade tivesse um bom funcionamento, estivesse controlada e organizada racionalmente. A cidade era vista como um corpo único, no qual todas as peças deveriam estar em harmonia, seguindo a mesma direção. Partindo desse pensamento, a favela não se enquadrava em algo que pudesse fazer parte do todo, indo contra a racionalidade técnica, portanto devendo ser extinta.

Além de ser vista como um local de proliferação de doenças, também era associada a local de pobreza e habitada por pessoas que representavam perigo ao restante da sociedade.

“Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos [...] valhaoito de larápios que levam a insegurança e a intranqüilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos” (PIMENTA, 1926:7-8 apud VALADARES, 2005, p. 42).

Assim como também é apontado por Zaluar; Alvito (2004, p. 14):

Ao longo deste século, a favela foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de mortais epidemias; como sítio por excelência de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; como amontoado promíscuo de população sem moral.

Com a criminalização da população pobre, considerada uma classe perigosa, havia também uma questão moral associada à pobreza, no qual os indivíduos eram culpabilizados por sua condição. Conforme apontado por Valladares (2005, p. 126): [...] a pobreza era uma responsabilidade individual: o indivíduo era pobre em virtude de suas fraquezas morais. A imagem dos pobres como “classes perigosas” passou, então, a dominar o imaginário social das camadas letradas.

Com o processo migratório das zonas rurais para as cidades no período de industrialização do país, houve um adensamento dos centros urbanos que não conseguiam dar conta das necessidades da população, havendo um aumento significativo de ocupação de espaços da periferia, o que ocasionou em um crescente número de favelas, dando mais evidência à pobreza (Valladares, 2005, p. 127).

Segundo Brum (2013, p. 180), no período da ditadura militar, período pós-64, seguiu-se com a percepção de favela como um problema, o que ocasionou a extinção de muitas delas de forma arbitrária.



Nesse período, nas décadas de 1960 e 1970, a favela da Maré, local de referência de minha pesquisa, foi marcada por um intenso movimento de resistência dos moradores para permanecerem no local, já que o Estado fazia frequentes tentativas de remoção das construções feitas por seus habitantes. Havia também um histórico de luta por saneamento básico e outros serviços como energia elétrica e coleta de lixo (CENSO DE EMPREENDIMENTO DA MARÉ, 2014, p. 15).

No período da década de 1980, um novo debate sobre o que se fazer com a favela é retomado, novas intervenções, diferentes das da década anterior, a qual estava vinculada à repressão, saindo da pauta as remoções, embora o Estado continuasse a praticá-la de forma pontual (MAGALHÃES, 2013, p. 92-93). Segundo Magalhães (2013, p. 94-95), o aumento da violência e da criminalidade associada ao tráfico de drogas, a partir da década de 1980, em especial no Rio de Janeiro, começa a ser entendido como um grande problema público, que precisava ser combatido. A violência urbana desperta a preocupação de várias camadas sociais, que veem ameaçadas tanto sua integridade física como seus bens, e esse aumento da violência era associado ao crescimento desenfreado das favelas, que era apresentado por alguns setores da sociedade como ameaça ao restante da cidade.

No entanto, somente após a violência urbana passar a atingir outros pontos da cidade é que se torna como um problema considerado pelos moradores de fora das favelas. Como apontado por Fleury (2012, p. 197):

O crescimento da violência urbana ultrapassou as barreiras das favelas tornando-se um sintoma agudo de ameaça à integridade física, à coesão social e ao poder estatal, indicados pelos confrontos entre facções de traficantes, incursões militares às favelas, chacinas realizadas por militares corruptos, emergência de milícias policiais competindo pelo domínio territorial e econômico dos territórios da informalidade.

A partir da década de 1990, cada vez mais a imagem de violência e crimes foi associada às favelas, sendo desconsiderada qualquer outra forma de referência à mesma. Segundo Alves e Evanson (2013, p. 23), a mídia teve grande responsabilidade no imaginário da população no que se refere às favelas e seus moradores, aumentando ainda mais o preconceito existente.

A mídia retrava a violência da guerra entre as facções ou com a polícia como se os homicídios e o tráfico fossem endêmicos nas favelas. Em sua visão mais simplista, os meios de comunicação construíam uma narrativa segundo a qual essas comunidades estariam infestadas de criminosos e dominadas por bandidos bem armados, em contraste com o restante da sociedade. Isso incentivou a opinião pública a fazer distinções nítidas entre quem vive nos morros e as classes média e alta, que residem nos bairros do asfalto [...] ampliou a sensação de insegurança no Rio e ajudou a estabelecer as condições que favoreceram uma repressão maior no Estado, acarretando violações dos direitos humanos e perdas de vida. (ALVES; EVANSON, 2013, p. 23-24)

Com a crescente propaganda do aumento da violência, o medo vai aumentando entre os moradores de fora da favela e gerando mais estigmas sobre os espaços mais pobres e seus moradores, vistos como “classe perigosa”, fazendo com que seja legitimado o uso da violência por parte do Estado.

Conforme Kapp (2015, p. 124):

A construção social de uma *classe perigosa* (WACQUANT, 2001; GIORGI, 2006) tem se reconfigurado num processo de criminalização da pobreza e transformado o pobre num inimigo público (COIMBRA, 2001; BATISTA, 2003), num indivíduo que atenta contra a sociedade e que passa a ser excluído, pela sua conduta criminosa ou pelo ideário de periculosidade social estabelecido [...]

De acordo com Zaluar (2011), muito se fala sobre o aumento da violência, porém pouco se analisa o impacto da mesma sobre a vida da população das favelas, que sofrem diretamente com a opressão por parte dos traficantes e dos policiais, que apresentam ações muito mais violentas nas favelas do que em outros pontos da cidade. O morador das favelas tem seu direito de ir e vir e sua liberdade de expressão comprometidos, e os mais jovens são os maiores alvos da violência.

No Rio de Janeiro, estimativas demográficas indiretas, a partir de dados censitários de 2000, permitiram a comparação entre diferentes regiões administrativas (RA) da cidade, entre as quais figuram as cinco mais populosas favelas em diferentes zonas da cidade. Por meio delas é possível identificar as regiões de maior risco de mortes violentas, estimando a probabilidade de se morrer jovem, antes dos 30 anos para quem sobreviveu até os 15, visto que nesta faixa de idade 80% das mortes são violentas [...]no Complexo do Alemão, conjunto de favelas com o menor IDH da cidade, 12,9 entre mil morrem antes dos 30. As outras três RAs com maior proporção de jovens que não chegam aos 30 são favelas dominadas por traficantes: Jacarezinho (10), Maré (9), Rocinha (9) e Cidade de Deus (6). (ZALUAR, 2011. Morte e vida nas favelas. In: Carta Capital)

## 1.2 A Maré

A Maré é um bairro formado por um conjunto de 16 favelas, possuindo aproximadamente 140 mil habitantes e mais de 40 mil residências (CENSO DE EMPREENDIMENTOS DA MARÉ, 2014, p. 13).

Localizada entre as principais vias de acesso a cidade do Rio de Janeiro, Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil. A ocupação do local iniciou-se na década de 1940, momento de grande expansão industrial na cidade, apresentando um expressivo movimento migratório de nordestinos que por necessidade se instalavam próximo aos locais de trabalho, em terrenos que não eram alvo da especulação imobiliária. (BERTAZZO; JACQUES; VARELLA, 2002, p. 20-21)

As primeiras ocupações da década de 1940 se deram no Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, e Parque Maré. A partir da década de 50 iniciou-se o Parque União, Rubens Vaz e a Nova Holanda, um projeto temporário do Centro de Habitação Provisória, que temporariamente abrigaria famílias removidas de outras favelas. O local foi tomando forma ao longo da Avenida Brasil e expandindo em direção ao Canal do Cunha, e das águas da Baía de Guanabara, uma área de manguezal. Como solução os moradores construíam suas habitações sobre as

águas, ligando uma casa as outras através de pontes de madeira, as chamadas palafitas, e com o tempo a própria população coletivamente foi aterrando parte do local. No entanto, além das dificuldades para construir, havia a dificuldade de permanecer no local por conta das inúmeras tentativas de retirada dos barracos pelo poder público no período da ditadura militar (CENSO DE EMPREENDIMENTOS DA MARÉ, 2014, p. 15).

Em 1979, através do Programa Morar (Promorar), deu-se início à construção da Vila do João, Conjunto Pinheiro e Vila Pinheiro, com o intuito de realocar as famílias moradoras das palafitas.

As favelas Nova Maré e Bento Ribeiro, esta conhecida como Fogo Cruzado, datam da década de 1990, sendo construídas para famílias oriundas de áreas de risco e algumas que ainda residiam em palafitas na própria Maré.

Nos anos 2000 é construído o Salsa e Merengue, também com o propósito de abrigar famílias removidas de outras áreas da cidade (CENSO DE EMPREENDIMENTOS DA MARÉ, 2014, p. 16).

Através da lei nº 2119 de 19 de janeiro de 1994, no governo do então prefeito Cesar Maia, a Maré é declarada como bairro, no entanto não havendo mudanças significativas nesse sentido, tanto no espaço, na relação com o resto da cidade, quanto na vida da população local.

### 1.3 Processo de Militarização das Favelas na Última Década

Em 2007, o combate ao tráfico de drogas no varejo e o fim da violência, foi determinado pelo então governador Sérgio Cabral como uma prioridade de seu governo.

Com essa visão, o governador declarou “guerra ao tráfico”, iniciando em 2007 um período sem precedentes de estado de sítio, invasões promovidas por militares e pela PM em favelas [...]. Essa política, conhecida como “política de confronto”, elevou a violência a ponto de alcançar um grau inaceitável de perdas de vidas humanas. (ALVES; EVANSON, 2013, p. XIX)

Netto (2010) nos aponta que a repressão passa a ser algo frequente e um clima de guerra é instaurado, resultando em atos de violência por parte do Estado, através da polícia, atos esses direcionados à população vista como “classe perigosa”.

A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais” [...] só a hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês pode dar conta da população excedentária em face das necessidades do capital. (NETTO, 2010, p. 27-28)

No fim de 2008, inicia-se pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na cidade do Rio de Janeiro, implantada no Morro Santa Marta e, segundo o site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as UPPs “têm como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população”.

Franco (2014, p. 51) aponta que o Decreto-Lei 42.787/2011 diz que para a implementação das UPP se faz necessário a realização de cinco etapas, sendo elas: Intervenção Tática, Estabilização, Implantação, Avaliação e Monitoramento.

A primeira correspondendo a ocupação militar, no qual há a entrada do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Bope/PMERJ), Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), Forças Armadas ou a efetivação de um batalhão no local, com estrutura e efetivo próprios, sendo acompanhado por algumas políticas sociais. A estabilização seria a etapa seguinte,

contando alternadamente com operações militares e táticas, ao mesmo tempo em que há interação no local. A terceira etapa, correspondente à implementação, está relacionada a chegada da polícia de proximidade, um tipo de policiamento comunitário com agentes formados para essa função em específico. Porém essa proximidade é apontada por Muniz e Mello (2015, p. 46), como uma tarefa difícil, já que há restrição de liberdade e coerção, e a relação dos moradores de favelas com a polícia é permeada de desconfiança e insegurança.

[...] uma memória coletiva, cumulativa e insurgente. Memória circulante amalgamada por humilhações e sofrimentos. Memória resistente reavivada como trauma, desconfiança e cansaço a cada colisão ou expectativa de encontro com um tipo de polícia - de direito, porém não mais de fato -, que quando chegava antes, *tocava um terror*, quando estava ali durante, *esquentava (ainda mais) a chapa*, e que quando optava por se apresentar depois do fato, coletava os impostos do *faz-me rir*. (MUNIZ; MELLO, 2015, p. 46)

E, por fim, as etapas de avaliação e monitoramento: para que se tenha noção do andamento das ações da UPP e possa verificar os avanços e retrocessos da mesma.

Para Valente (2014, p. 209), “trata-se de uma concepção de segurança pública que busca controlar populações marginalizadas por meio de uma estratégia de ocupação territorial com o uso de forças militares”.

Com a implantação das UPPs, houve um misto de esperança – já que a favela sofre há muito anos com a interferência de traficantes e milicianos – e desconfiança por parte de seus moradores, pois a maneira violenta como a polícia trata a favela não é algo novo (SILVA, 2012, p. 9).

No fim de 2013 é anunciado que a Maré receberia uma Unidade de Polícia Pacificadora, e em março de 2014, dá-se início ao processo de ocupação militar com a entrada de policiais do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE. Segundo o site

G1, essa é uma preparação para a chegada dos militares antes da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs.

“O que nós podemos garantir para a população do Rio é que essa entrada não tem mais saída. Nesse primeiro momento, com as forças federais e, em seguida, com as Unidades de Polícia Pacificadora”, declara Sérgio Cabral,



governador do Rio de Janeiro. (Entrevista no site G1 – 24/03/2014)

**Figura 6: Mapa da Pacificação da Maré - Fonte: Arte O Dia**

Conforme aponta o site do jornal O Globo de 26/05/2014, o custo diário para a permanência dos 2.500 militares na Maré girou em torno de 1,7 milhão de reais, valor apresentado no Diário Oficial da União, com a publicação da medida provisória de número 642, assinada pela presidente Dilma Rousseff, na qual é autorizado um crédito extraordinário de R\$ 200,00 milhões no orçamento do Ministério da Defesa para que fosse realizado um apoio logístico às forças de segurança pública do Rio de Janeiro. (O Globo on-line, 26/05/2014).

Por estar localizada entre as principais vias de acesso à cidade, a Maré torna-se para o poder público um local que necessita ser contido, principalmente com a chegada dos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Como mostra no jornal Folha de São Paulo em 30 de março de 2015, será feito um cinturão de segurança em volta da Maré, para que assim impossibilite a extravasão da criminalidade do interior para fora da favela, o que nos faz questionar qual a real finalidade da UPP, já que segundo o governador Sergio Cabral, em entrevista coletiva publicada em 30 de março de 2014, a intenção era integrar a Maré ao restante da cidade e trazer paz à população:

"A Maré é uma cidade que se integra à cidade. Quantas pessoas estavam acostumadas a acordar, a conviver com uma pessoa de fuzil, vendo amigos irem indo para o crime, filhos sendo mortos? Quantas vezes a entrada da polícia na Maré era sinônimo de guerra?", questionou o governador. "Hoje, é sinônimo de paz.". (Publicação no site UOL – 30/03/2014)

Apresentada como uma forma de promover a paz, a UPP traz a ideia de combate e guerra ao tráfico. Para Franco (2014, p. 69), essa seria uma ideia questionável, pois nem as drogas ilícitas e nem o armamento que chega às favelas são produzidos no local, portanto não fazendo sentido declarar guerra a um inimigo que se encontra fora das favelas, sendo assim, tornando-se difícil crer que acabaria com o tráfico de drogas combatendo-se a distribuição varejista. O que de fato acaba ocorrendo nos locais de favela, no qual há intervenção militar, seria o que a autora denomina de uma “guerra aos pobres”. Com o discurso de guerra ao tráfico, as incursões militares de maneira violenta são justificadas, ocasionando assim a morte de muitos moradores. De acordo com Soares (2006 apud Silva, 2011, p. 10),

[...] o Estado não deve constituir-se em um instrumento de reação bélica contra o varejo do tráfico de drogas nas favelas, esse tipo de iniciativa promove uma relação de violência onde constantemente são vitimados os suspeitos, pessoas inocentes e os próprios policiais.

O que de fato acaba ocorrendo é um intenso derramamento de sangue, no qual há perdas, tanto de moradores quanto de militares, gerando um clima de tensão, insegurança e medo dentro das favelas.



O ideário de “paz” almejado pelo Estado através das UPPs nos mostra uma postura de controle do social, com a imposição de normas de conduta, repressão e disciplinamento da população local, além de silenciamento de reivindicações. Segundo Leite (2014, p. 636).

[...]“paz”: não apenas o fim dos confrontos armados e, com isso, a redução da violência e da insegurança nas áreas da cidade em que se situam as favelas “pacificadas”, mas sobretudo o estabelecimento de um novo modo de vida nessas localidades por meio da disciplinarização/normalização de parte de seus moradores e do controle social coercitivo sobre aqueles tidos como “injustáveis”, sobretudo os moradores mais jovens usualmente identificados como “favelados violentos”.

Com a normatização e a imposição de valores morais cria-se a uma imagem de tutela, na qual o favelado seria o tutelado e o Estado o tutor, a população residentes nas favelas perdem sua voz e autonomia, suas iniciativas são minadas, pois se acredita que não são capazes de fazer as escolhas supostamente corretas, necessitando de alguém que as determine (PACHECO, 2014, p. 145-146).

## CAPÍTULO 2

### 2.1 Criminalização da Música

No processo de criminalização das favelas e das pessoas que ali residem, incluem-se práticas de criminalização das manifestações culturais existentes nesses espaços, como por exemplo, a criminalização da música (PACHECO, 2014, p. 143-144). E que segundo Furquim (2015, p.107), não é algo sem importância e que aparentemente possa não ter significado, mas sim que é respaldada pela sociedade, e que por meio de políticas criminais vão sorrateiramente avançando e tendendo à transformar as práticas culturais de áreas pobres, como as favelas, em algo inadequado, levando a crer que seja uma iniciativa para o surgimento do crime.

Como exemplo de criminalização da música, podemos mencionar dois gêneros musicais que historicamente foram associados à favela e seus moradores, o samba (VIANNA, 2007, p.30) e o funk (FACINA, 2009, p.1).

Como nos apresenta Vianna (2007, p. 112-113), o processo inicial de criação do samba é originário de tradições negras, chegando ao Rio de Janeiro através de muitas famílias oriundas da Bahia, que traziam elementos do candomblé e ritmos de samba, dando início ao samba carioca.

Considerado como música de marginal, o samba era visto como ilegal, constantemente reprimido e perseguido pela polícia. Conforme Sérgio Cabral (apud, Sandroni, 2001, p. 111) o samba foi “um gênero tão execrado pelas classes dominantes das primeiras décadas do século que a polícia prendia quem o cantasse, dançasse ou tocasse”.

Seguindo a mesma ideia, Efegê (apud Vianna, 2007, p. 30) nos mostra que o samba “era tido e havido como próprio de malandros, como cantoria de vagabundos. E a polícia, na sua finalidade precípua de zelar pela observância da boa ordem, perseguia-o, não dava-lhe trégua”.

Com relação ao funk, Facina (2009, p. 3) apresenta que o mesmo sempre foi associado a música negra, próximo ao samba. E como aponta Silva (2014, p. 169) “com frequência são feitas associações entre funk e samba para explicar a perseguição às culturas populares no Brasil, especialmente aquelas classificadas como ‘de origem africana’”.

No que diz respeito ao funk, abertamente as autoridades policiais explicitam seu pensamento no qual associam o gênero musical e freqüentadores a marginalidade, ao crime.

Quando, em 2008, o coronel Marcus Jardim, comandante do policiamento da capital [Rio de Janeiro], declarou, em jornal de grande circulação, que “iriam para dentro da bandidagem” e que “baile *funk* em favela é reunião de vagabundos”, as representações sobre o frequentador de baile *funk*, como aliado ao tráfico de drogas, já eram parte do mapa cognitivo da interação entre favela e asfalto. E a proibição dos bailes seria aceitável como parte do combate ao principal problema da cidade: a violência urbana. (SILVA, 2014, p. 168)

Para Facina (2009, p. 1), “ao criminalizarem o funk, e o estilo de vida daqueles que se identificam como funkeiros, os que hoje defendem sua proibição são os herdeiros históricos daqueles que perseguiram os batuques nas senzalas”.

A mídia possui uma grande influência no papel de difundir para a sociedade padrões de comportamento considerados como os corretos pela classe dominante, e criminalizar o que é definido como inaceitável, que seja contrário aos seus padrões estéticos, dessa forma, ao criminalizar a cultura existente na favela legitima ações arbitrárias da polícia (FURQUIM, 2015, p. 83).

Os gêneros musicais associados à favela são frequentemente vinculados ao crime, à violência, às drogas, visto como uma ameaça à ordem, e por isso sofrendo repressão e sendo criminalizados, no entanto, Furquim (2015, p. 102) aponta que:

[...] essas mesmas práticas delitivas, quando cometidas em outros contextos - fora da realidade periférica, por exemplo: manifestações culturais que são frequentadas pela classe abastada - permanecem impunes. O caos insurgente permeia todos os lados e está presente em todas as manifestações culturais de jovens, mas é a violência praticada pelos negros, pobres e demais marginalizados que torna o panorama visto como ameaçador.

## 2.2 O Rock

Darei início a um breve detalhamento do surgimento do *rock and roll* em suas origens para em seguida adentrar na sua história no Brasil.

Com surgimento nos Estados Unidos, e carregado de forte presença negra em sua origem, o rock é um gênero musical que expandiu suas fronteiras e é atualmente produzido em vários cantos do globo.

Em suas origens, o *Rock and roll* era essencialmente uma música afro-americana. Os ritmos sincronizados, a voz rouca e sentimental e as vocalizações de chamado-e-resposta características dos trabalhadores negros eram parte da herança da música africana e tornaram-se os tijolos com os quais o *rock and roll* foi construído (FRIEDLANDER, 2010, p. 31)

O blues, o jazz e o gospel, músicas de origem negra fortemente influenciaram o surgimento do rock. Um desses gêneros, o blues, era feito por homens negros que com violões gastos, tocavam suas músicas pelas ruas, e como temática falavam sobre a difícil vida que levavam durante o período da Grande Depressão da década de 1930. Segundo Chacon (1985, p. 10) “Reprimida pela sociedade *wasp* (*white, anglo-saxon and protestant*), a mão-de-obra negra, desde os tempos da escravidão,

se refugiava na música (os *lues*) e na dança para dar vazão, pelo corpo, ao protesto que as vias convencionais não permitiam”. Era um blues rural, no qual muito dos artistas vinham da área conhecida como Delta do Mississippi. No entanto após a Segunda Guerra Mundial, essas apresentações em bares a beira das estradas foram perdendo força e dando lugar ao blues chamado de urbano, que ocorriam na região sul de Chicago. Período em que houve uma intensa migração de negros, no qual criaram grandes comunidades nos centros urbanos no norte do país, após 1945 com o fim da segunda grande guerra (FRIEDLANDER, 2010, p. 32). O blues urbano permaneceu carregando a emoção que o blues rural trazia, porém a temática envolvia também a paisagem urbana, o orgulho e o pensamento otimista.

Outro elemento importante na construção do gênero rock foi a influência da música religiosa, denominada Gospel. Um estilo musical com raízes negras da chamada “igreja invisível” do final do período da escravidão, no qual haviam palmas, chamado-e-resposta, batidas ritmadas, acompanhado de percussão.

Um terceiro elemento de raiz negra que contribuiu, foi o Jazz, o suíngue da batida, juntamente com os solos de saxofone foram pontos importantes que influenciariam os músicos da época (FRIEDLANDER, 2010, p. 34).

Ao fim da década de 1940, músicos negros da época denominaram de *rhythm and blues* a mistura do gospel, *lues* (rural e urbano) e jazz, fazendo com que essa união de gêneros musicais influenciasse fortemente o surgimento *rock and roll*.

As músicas *folk* e a *country* também deram seu toque de contribuição para o nascimento do rock. De origem branca, porém representando o sofrimento de pequenos camponeses, por vezes era apropriada pelas classes dominantes, no entanto não perdia sua característica popular de dor, resistência passiva e lamento, por vezes possuindo um ar mais crítico e de protesto (CHACON, 1985, p. 10).

No período da década de 1950, diversos jovens adotaram o rock como uma forma de colocar em xeque os modelos da cultura dominante da época. Para Encarnação (2010, p. 36) é “a classe média branca que assumirá a cultura negra como forma de questionamento da cultura americana. Muitos adolescentes brancos passaram a ouvir, através de pequenas estações de rádio negras, e comprar discos de *rhythm and blues*, o que gerou grande preocupação das grandes gravadoras, pois as mesmas não viam a possibilidade de lucro com o referido gênero musical, além de apresentar forte conteúdo sexual nas letras e na dança. A partir desse movimento as grandes gravadoras começaram a pensar na possibilidade de realizar gravações de *rhythm and blues* por artistas brancos, já que a demanda pelo gênero cada vez aumentava nas lojas destinadas a artistas brancos (FRIEDLANDER, 2010, p. 37-40).

O rock era encarado pelos jovens da década de 1950 como um símbolo de rebeldia e uma forma de extravasar a inquietação gerada pela rigidez e a política exercida pelos políticos da época. No entanto para os pais, o rock era motivo de medo, principalmente por aqueles que vinham de uma educação rígida, militar, além de haver uma questão de preconceito racial presente muito forte. Como mencionado por Friedlander (2010):

Como perceberam, corretamente, que o rock era fundamentalmente negro na origem e na natureza, a maioria dos pais brancos o julgava irracional e animalesco. Por exemplo, o Conselho dos Cidadãos Brancos do Alabama anunciou uma campanha para livrar o país de “animalístico bop negro”. Muitos representantes governamentais, religiosos e educadores ecoaram estes sentimentos, caracterizando a música como imoral e pecaminosa – e seus intérpretes como delinqüentes juvenis preguiçosos e indolentes. (FRIEDLANDER, 2010, p.47)

Apesar de alguns artistas negros<sup>2</sup> alcançarem certo grau de reconhecimento, ter suas músicas reproduzidas em pequenas rádios e venderem uma quantia considerável de cópias de discos, o *rock and roll* somente atingiu o topo do mercado quando surgiram artistas brancos como Bill Haley, que tornou-se conhecido inclusive na Europa, vindo também ao Brasil no início da década de 1950.

Na primavera de 1955, Bill Halley estava com tudo. Seu terceiro *hit* na lista das 20 mais, *Rock Around The Clock*, tinha chegado ao topo, ele estava à frente de uma estimulante banda de *rock and roll* e teve o privilégio de entrar no mercado pois compartilhava da mesma cor de pele que seu público (na maior parte) branco. (FRIEDLANDER, 2010, p. 51)

No entanto a figura mais emblemática e que foi transformada no Rei do *Rock and Roll*, foi Elvis Presley. Elvis era comercialmente mais vendável e difundiria massivamente o gênero musical que tomava corpo (BAENA, 2015, p. 7). Como mencionado por Guralnick (apud Friedlander, 2010, p. 70)

Segundo Marion Keisker, uma assistente administrativa da Sun, “Eu não parava de me lembrar de Sam [Phillips, proprietário da Sun] dizendo ‘se eu conseguisse encontrar um branco que tivesse o som negro e o *feeling* negro, eu poderia ganhar um bilhão de dólares”

Inicialmente Elvis gravava composições de artistas negros, e dançava a partir de suas influências da música negra. Segundo Friedlander (2010, p. 73), além da juventude branca, Elvis conquistou o olhar e admiração dos adultos quando se mostrou um “patriota”, no momento em que foi convocado e alistou-se no serviço militar, servindo como motorista de jipe na Alemanha Ocidental.

Somente a partir da inserção de artistas brancos, o *rock and roll*, novidade da época, foi ganhando o grande mercado e as grandes gravadoras.

---

<sup>2</sup> De acordo com Friedlander (2010, p. 430), na década de 1950 o racismo ainda exercia um forte controle político e cultural. A discriminação racial era respaldada pela lei em diversos estados. Ocorria violência e muitas vezes o assassinato de líderes do movimento pelos direitos civis. Um artista negro não conseguiria alcançar um grande nível de evidência e sucesso, mesmo que possuíssem visível talento, seu sucesso era limitado comercialmente.

A novidade da década de 1950 foi que os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou que tomavam por tais como modelo. O rock foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos de “Raça” ou “Rhythm and Blues” das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, e notadamente dos jovens brancos. (HOBSBAWM, 1999, p.324 apud ALVES, 2011, p.60)

Aquilo que inicialmente era repudiado aos poucos foi ganhando aceitação, ao passar por um processo de “embranquecimento” e se enquadrando na dinâmica capitalista de geração de lucro.

Ao longo das décadas o rock passou por diversas transformações e se subdividiu, agregando outras vertentes musicais como é o caso de uma de suas subdivisões, o rock heavy metal, que adotou elementos da música erudita (Friedlander, 2010, p. 395).

No Brasil o rock foi delineando seu espaço a partir do meio da década de 1950 com o lançamento em 1955 do filme estadunidense *The black board jungle*, do diretor Richard Brooks, e que possuíam em sua trilha sonora a música “*Rock Around the Clock*” de Bill Halley and His Comets, recebendo no Brasil, o nome “Sementes da Violência”. Após o sucesso alcançado pela película, a música tema foi lançada nacionalmente através de uma versão cantada pela brasileira Nora Ney (ROCHEDO, 2015, p. 6).

Segundo Encarnação (2009, p. 31), nesse período:

a Bossa Nova e rock foram permeados nos anos 60 pelo crescimento das demandas por reformas de base, num processo político instável e inseguro, o qual culminaria com o Golpe de 1964 e o regime militar autoritário. No pós-64, a música popular brasileira ganha nova dimensão, surgindo, então, uma nova preocupação e concepção de criação musical: o engajamento político e a música de protesto. (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 31)



No período pré-64 havia uma intensa preocupação dos grupos de esquerda em valorizar a cultura brasileira, com a concepção de identidade nacional, surgindo músicas com claro engajamento político e com teor de protesto (TINHORÃO, 1998, 316 apud ENCARNAÇÃO, 2009, p.31). Conforme aponta Encarnação (2009, p. 31), houve uma apropriação de músicas de bandas de rock internacional, por diversos grupos, um deles a famosa Jovem Guarda, conhecida como iê-iê-iê por conta da canção “She loves you” da banda inglesa The Beatles. A partir dessa entrada de maneira enviesada do rock, um gênero musical internacional, começa-se a aderir também aos seus instrumentos, tais como as guitarras elétricas, adotada por um novo movimento, o Tropicalismo, iniciado por um grupo de jovens baianos.

Essa incorporação de uma cultura vista como estrangeira, tanto pelas músicas, quanto por roupas e instrumentos utilizados, era vista com desconfiança e alvo de muitas críticas.

A Jovem Guarda era bastante questionada, sobretudo pela esquerda brasileira e pelos artistas engajados, tanto pela sua qualidade musical quanto pela sua suposta alienação em relação ao autoritarismo vigente. Mas tal crítica não se restringia apenas ao iê-iê-iê brasileiro, pois era, também, estendida ao Tropicalismo, que mesmo com a incorporação tímida do uso de efeitos e de instrumentos elétricos do *rock and roll*, fugia à forma original da MPB, caracterizada pela fidelidade ao violão e aos instrumentos de percussão atrelados ao samba e outros gêneros musicais tidos como autenticamente originais (NAPOLITANO, 2001, p.96-7 apud ENCARNAÇÃO, 2009, p. 32).

No entanto, com o fim da década de 1970 e início da década de 1980, em meio à efervescência política da época, em um contexto no qual a ditadura militar se rompia, surgem segundo Netto (2006, p. 9-10), as diversas demandas democráticas da população que estavam reprimidas por um longo período. Havia uma intensa mobilização da classe trabalhadora, organizada sindicalmente, juntamente com a mobilização dos trabalhadores do campo, adentrando no cenário político, além de

um intenso protagonismo de grupos intelectuais, toda essa dinâmica exigia verdadeiras transformações políticas e sociais.

Em meio a essa turbulência, o rock nacional deu um salto significativo e diversas bandas foram surgindo no cenário, seguindo a mesma lógica perceptível em outros lugares do mundo, um gênero musical de raiz negra, porém apropriado e associado à juventude branca de classe média. Conforme apontado por Encarnação (2010, p. 35):

Embora o rock também tivesse raízes da cultura negra, posto que é fruto da “miscigenação” da música americana, ou seja, do *rhythm & blues* dos guetos negros das grandes cidades, mais o *country*, a música rural do “branco pobre” e o *western* do Oeste, o que se observa do ponto de vista étnico é que a maioria dos músicos que figurava, e figura, no *mainstream* do rock internacional é branca. Característica étnica que se repete entre os músicos do rock brasileiro. (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 31)

Encarnação (2009, p. 36) levanta uma hipótese para se pensar o porquê das bandas brasileiras apresentarem em sua composição, jovens brancos e de classe média, fazendo um recorte de classe e raça, apontando a impossibilidade de compra de instrumentos e equipamentos pela juventude de classe baixa, por conta do alto custo de importação desse tipo de material.

Supomos que tal dado deva-se sobretudo ao aspecto econômico e social em que se encontra grande parcela dos negros, isto é, de séculos de exploração e de marginalidade social e econômica. Assim, o acesso às guitarras, aos contrabaixos – que exigem também amplificadores, uma vez que são instrumentos denominados “elétricos” – e a bateria são mais restritos e mais caros. (Encarnação, 2009, p. 36)

A juventude de classe média possuía as condições ideais, tendo oportunidade de aproximação de um gênero musical considerado caro para nossos padrões da época, pois muitos materiais eram produzidos fora do Brasil – apesar de hoje ainda exigir um custo elevado para aquisição de equipamento e manutenção dos mesmos – tinham acesso às escolas mais competitivas de acordo com o padrão vigente, a

fluência da língua inglesa, possibilidade de viagens e vivência em outros países, o que fazia com que tivessem contato direto com material produzido por grandes revistas focadas no tema, além de discos de músicos internacionais e instrumentos e equipamentos. Isso permitia que estivessem atentos às novidades do cenário musical, o que permitia experimentar o rock através de suas diversas facetas (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 50).

Os jovens músicos brasileiros do gênero rock, antes de atingirem o *mainstream*, eram vistos como rebeldes que transgrediam a ordem, no entanto o histórico familiar e a origem social – muitos eram filhos de militares, políticos, diplomatas, funcionários públicos – fazia com que a repressão dos mesmos fosse algo questionável, muitos com ligação direta com as drogas não encontravam grandes problemas com a lei. Como é o caso das famosas “rockonhas”, festas de rock na qual se consumia grande quantidade de cannabis e que Loro Jones e Fê Lemos, integrantes da banda Capital Inicial, se referem:

A primeira Rockonha foi legal, mas a segunda foi aquela roubada. Antes da festa a polícia já estava pronta para invadi-la. [...] De repente, tinha guarda gritando: ‘Mão na cabeça’, e foi aquele negócio de liberar as coisas ali mesmo no chão. Foi todo mundo de ônibus para o batalhão de choque de Sobradinho. No caminho ainda tinha gente dispensando coisa pela janela. Chegando lá, ficou todo mundo em fileira no pátio do batalhão e os menores foram para um auditório. Eu saí porque sou filho de militar. A organização da polícia foi tanta que até os carros que ficaram na festa tinham como chegar aos seus donos. [...] Os menores foram separados em um ônibus e foram para um ginásio. Depois houve uma triagem, separando os filhos de militar, diplomata, político e de funcionário público. (MARCHETTI, Paulo. Diário da Turma 1976-1986: a história do rock de Brasília. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001, p. 49 apud ENCARNAÇÃO, 2009, p. 40)

Conforme Encarnação (2009, p. 40), havia certo grau de tolerância nas penalidades, ou até mesmo nenhuma medida repressiva para com esses jovens, perceptível na fala de Herbert Vianna em uma entrevista.

“Todo mundo é filho de alguém, todo mundo tem um pezinho no Poder, a garotada vai crescendo, aos 15 anos pega de carro (*sic*), vai preso, o pai vai

lá e solta. [...] em festas lá que são interrompidas pela polícia que leva ônibus para carregar a garotada para o distrito, tudo filho de militar, diplomata, político, não dá em nada e tudo se repete” (Jornal do Brasil, 14/06/1983 apud ENCARNAÇÃO, 2009, p. 40)

Embora visto como rebeldes, os músicos roqueiros do início da década de 1980, no período de transição entre a repressão da ditadura militar e o processo de redemocratização do país, produziam letras, que de acordo com Zanutto (2010, p. 180) “incitavam as pessoas, ou, pelo menos, seus adeptos, a se darem conta da situação política e social do país”.

Em meio a todo esse processo, político, social e cultural, surge em 1985 a primeira edição de um grande evento de rock no país, que daria visibilidade midiática nacionalmente ao gênero musical, o Rock in Rio, tendo em sua programação diversos artistas de rock, nacional e internacional, além de artistas da Música Popular Brasileira (MPB), Jovem Guarda e do não mais existente Tropicalismo. Em meio ao clima de comemoração pela redemocratização do Brasil, o artista Cazuza era enaltecido com a canção “Pro dia nascer feliz” da qual alterou o refrão e cantou “Pro Brasil nascer feliz”, claramente mostrando seu posicionamento político (Folha de S. Paulo, 17/01/1985 apud ENCARNAÇÃO, 2009, p. 33-34).

Apesar das diversas críticas ao rock, como música alienante e de não valorização da cultura nacional, outra situação que contribuiu para a construção da ideia de que o rock era um gênero musical preocupado com as questões da sociedade, e portanto se tornando bem visto, foi a participação em gravações e shows beneficentes, como o que ocorreu em outubro de 1988 em São Paulo, a favor da Libertação de Nelson Mandela, evento organizado pela Frente Nacional Contra o Apartheid, no qual contou com a participação de diversos músicos brasileiros, incluindo do gênero de rock. Outro exemplo foi o show promovido pela Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, no qual mais de vinte bandas de rock se

apresentaram, com o intuito de mobilização e conscientização referente a imensa quantidade de esgoto doméstico e industrial despejado na represa de Billings (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 131-132).

Ao longo do tempo o rock nacional foi ganhando o ar de música “conscientizadora” que levava a juventude a refletir sobre a sociedade, e portanto, aceita socialmente. Se no momento em que teve maior destaque, a repressão ao referido gênero era algo questionável por conta da origem social e cor da pele de seus músicos, agora com essa nova característica a opressão se tornaria algo ainda mais distante.

### 2.3 O Rock na Maré

O rock na Maré não é algo recente, muito menos exótico para muito de seus moradores, desde a década de 1980, quando o rock no Brasil foi ganhando mais espaço, na Maré o movimento também acontecia (Jornal Maré de Notícias, nº 33).

Diversos eventos de rock acontecem periodicamente em pontos distintos do bairro, muito deles feitos sem apoio financeiro estatal. Um desses eventos, de cuja construção participo, é o Rock em Movimento, objeto de análise desse trabalho.

O Rock em Movimento teve como fagulha inicial um show realizado na Maré no dia 18 de outubro de 2008, denominado Maré de Rock – Pela Vida, Contra o Extermínio, e do qual participei de todas as etapas de construção. Um evento que tinha por objetivo denunciar a maneira como a favela e sua população, não somente da Maré, mas de outras favelas também, vinham sendo tratadas pela atual política de segurança pública do Rio de Janeiro, levantando temas como a criminalização da pobreza e das favelas. O evento foi construído coletivamente, pelas bandas que se

apresentariam, muitas pertencentes ao local e que foram chamadas de acordo com seu posicionamento político frente ao tema, e pelo grupo Musicultura, contando com o apoio do Fórum Pela Vida, Contra o Extermínio. De acordo com Alexandre Dias, um dos construtores do Maré de Rock e participante do referido fórum:

O “fórum” Pela Vida, Contra o Extermínio teve início no dia 08/05/08, a partir de um debate chamado “Pela Vida, Contra o Extermínio” na Associação de Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, o debate apontou para a necessidade das organizações sociais e políticas, além de militantes e ativistas independentes, terem um fórum amplo de debate e ações que discutisse e fundamentalmente atuasse, denunciando a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e a truculência e despreparo na política de segurança pública do Rio de Janeiro. Ações nesse sentido haviam se esvaziado desde finais de 2007, com o término da “Campanha contra o Caveirão”. Partindo desse contexto um conjunto de militantes, ativistas e representantes de organizações se reuniu freqüentemente na sede do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, com o objetivo de debater e articular ações contra o crescente e contínuo extermínio das populações pobres do Rio de Janeiro, especialmente das favelas.

O evento contou com a participação de 10 bandas de rock, além de artistas de outras manifestações culturais, que participavam semanalmente de reuniões para a construção do evento e debates sobre o tema, além de moradores que não estavam diretamente ligados a nenhum grupo artístico, um total de aproximadamente 50 pessoas participou desse processo. Decidia-se em conjunto desde a ordem das bandas até a forma de se adquirir a estrutura necessária. Produzimos camisas com uma charge do cartunista Carlos Latuff, na qual havia uma mãe negra segurando seu filho baleado, ao lado de um policial um fuzil em punho e o veículo blindado da polícia militar do Rio de Janeiro ao fundo, conhecido como “caveirão”.



Figura 7: Charge do cartunista Carlos Latuff

Uma frase que se tornou lema do evento Maré de Rock foi: “Ninguém mata em meu nome”, referindo-se ao fato da política de segurança pública justificar as mortes em nome da segurança da população. A frase foi uma analogia à música “Killing in the name”, quem em tradução livre seria “Matando em nome dele” da banda estadunidense de rock Rage Against the Machine.

O evento contou com a divulgação em meio de comunicação on-line e uma das formas de divulgação do evento e de chamar a atenção, para os atos de violência cometidos pelo Estado, foi a construção de um vídeo<sup>3</sup> narrando algumas das chacinas que haviam ocorrido, como as da Candelária, Vigário Geral, Alemão, entre outras.

<sup>3</sup>Vídeo chamada para o Maré de Rock: Pela Vida, Contra o Extermínio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P1YuaAO4MLQ>

O show foi realizado em frente a uma escola pública dentro do bairro Maré, localizada próximo a passarela sete da Avenida Brasil, local estratégico que facilitaria a vinda de pessoas de outros pontos da cidade e que resultou em um público de aproximadamente 200 pessoas. Vale apontar que este local fica à beira do muro do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, um quartel do exército e que o evento iniciou por voltas das 22 horas com término às 6 horas da manhã do dia seguinte, sem que houvesse qualquer interferência por parte da Polícia Militar ou do Exército.

Após três anos, dando continuidade aos debates e ao evento anterior, em outubro de 2011 foi realizado um segundo Maré de Rock, dessa vez com o tema, Maré de Rock II: Pelo Direito à Cidade e Contra a Criminalização da Pobreza<sup>4</sup>, que também levantava o questionamento sobre para quem a cidade estava sendo construída.

Idealizado da mesma forma que o anterior, coletivamente, com reuniões semanais no qual fazíamos debates sobre o tema, além de leituras prévias sobre o assunto em questão, contando com a participação dos artistas, moradores e a colaboração de Organizações não governamentais que atuam no local, contou também com a divulgação em meios de comunicação como o jornal Extra<sup>5</sup>. Nessa edição a frase que era levantada como lema sofreu uma ligeira alteração, passando a ser “Ninguém mata em nosso nome”.

Após esse período, no fim de 2011, três das bandas que participaram do processo de construção do Maré de Rock II, Levante, Café Frio e Algoz, banda da qual sou vocalista, se organizaram para mensalmente realizarem outros shows de

---

<sup>4</sup>Vídeo chamada para o Maré de Rock II: Pelo Direito à Cidade e Contra a Criminalização da Pobreza: <https://www.youtube.com/watch?v=LJSn74UP4j8>

<sup>5</sup> Jornal Extra – on line. Edição 25/10/2011.

<http://extra.globo.com/noticias/reporter-do-amanha/mare-de-rock-2-contra-criminalizacao-da-pobreza-2881802.html>



rock dentro da Maré. Os eventos passariam a acontecer no Largo do Quarto Centenário, morro do Timbau, permanecendo com a característica de acontecer na rua e levantar questões que envolviam a cidade e a favela, temas como especulação imobiliária, aumento da passagem, as manifestações de 2012, machismo e etc.

Importante salientar que mesmo sendo realizado na rua, a mesma não é fechada, permitindo assim o fluxo de pedestres e veículos e mesmo sendo uma rua no qual haja majoritariamente residências, nunca houve a rejeição dos moradores que ali habitam, muitos saem de suas casas, colocando cadeiras na porta de casa para acompanhar os shows que contam com um volume sonoro elevado, assim como também nunca houve interferência dos grupos armados existentes no local, traficantes e policiais.

Nessa localidade da Maré já havia há alguns anos um histórico de eventos de rock, realizados por grupos diferentes em momentos distintos, sempre moradores do bairro, no qual reuniam equipamentos particulares e assim promoviam os shows, no entanto já não mais aconteciam.

O Rock em Movimento contava com uma pequena ajuda de custo de um bar local, o Bar do Zé Toré, na qual era utilizada para pagar parte do aluguel de um equipamento de sonorização, que era complementado com equipamentos das bandas organizadoras, como bateria, amplificadores de guitarra e etc, fazendo com que a estrutura tivesse o mínimo para que os artistas que ali apresentassem seus trabalhos, o fizessem com qualidade e o público conseguisse compreender a mensagem a ser passada, o restante do custo necessário para a garantia do evento era dividido entre os organizadores. Com o tempo os organizadores conseguiram comprar seu próprio equipamento de som fazendo com que a qualidade sonora se elevasse.


O evento musical, que dura a noite toda, é realizado sem estrutura de palco, o que permite aos músicos maior proximidade com o público que, por sua vez, responde a essa interação de forma positiva na maioria das vezes.

O Rock em Movimento sempre buscou a integração entre as bandas da localidade e as de outros pontos da cidade, porém com o estigma de local violento e perigoso que a favela carrega, muitas vezes as bandas de fora do bairro não aceitavam o convite, mesmo contando com um equipamento de qualidade, a facilidade de acesso ao local – próximo a Avenida Brasil – e um público volumoso e fiel que há na Maré, público esse variado, tanto em gênero quando em faixa etária.

Após a ocupação militar em março de 2014, gerou-se um clima de insegurança, a dinâmica do local se modificou e por intermédio do dono do bar fomos informados que todos os eventos que ocorressem dentro da Maré necessitariam de prévia autorização, e que para consegui-la seria necessário ir diretamente a associação de moradores e a mesma intermediaria a solicitação junto aos militares, que ao expedirem o nada a opor, a associação de moradores estaria liberada para emitir sua própria liberação. A autorização foi requerida e sem dificuldade foi adquirida, e em maio de 2014 o evento do Rock em Movimento deu continuidade.

Os shows continuaram a acontecer seguindo o mesmo padrão anterior à ocupação militar, iniciando-se no horário habitual, 23 horas, com término por volta das três horas da manhã, sua amplitude sonora permaneceu a mesma, os músicos que ali se apresentaram não tiveram interferência nas músicas apresentadas, e o público freqüentador compareceu, e assim permaneceu até a presente data, no entanto, o responsável do bar, conhecido como Zé Toré, somente solicitou uma

única autorização, em maio de 2014, sendo a mesma nunca conferida ou cobrada por qualquer autoridade.



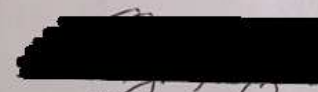
**União de Defesa e Melhoramentos do P.P.  
da Baixa do Sapateiro**


Sociedade Civil - n° 7195 - D.O. 39.11.59 - C.G.C.: 34.179.937/0001-98 Inscr. 434384-00  
Reconhecida de utilidade pública - Lei n° 1081 - Órgão representativo dos moradores da localidade  
Rua Nova Canaã, n° 98 - Bonsucesso - R.J. - Tel: 2260-1092

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 2014.


Ofício: 025/2014  
Destino: Brigada Paraquedista  
A/C: Sr. Coronel Frutuoso  
Origem: Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro

A Associação de Moradores vem conceder para os devidos fins de direito o "NADA OPOR" do Evento Cultural, que será realizada no Dia 23/05/2014 com início às 22:00h e Término às 02:00h, no Largo do IV Centenário- Baixa do Sapateiro. Tendo como Responsável pela mesmo o Sr. [REDACTED], portador da Carteira de Identidade Nº [REDACTED] e CPF Nº [REDACTED].

  
**UDMPBS**  
 Presidente  
 CPF [REDACTED]

  
**UDMPBS**  
 Presidente  
 CPF [REDACTED]

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**



EU, [REDACTED], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [REDACTED] E CPF Nº [REDACTED], RESPONSABILIZO-ME POR QUALQUER EVENTUALIDADE QUE HOUVER NA RUA/BECO/PRAÇA LARGO IV CENTENÁRIO POR OCASIÃO DO EVENTO QUE TRANSCORRERÁ EM 23/5/2014, COM PREVISÃO DE INÍCIO ÀS 22 HORAS E TÉRMINO ÀS 2 HORAS.

COMPROMETO-ME A INFORMAR TODOS OS MORADORES QUE MOREM NO ENTORNO DO EVENTO, INFORMANDO-OS DO DIA E HORA DO EVENTO, DEVOLVENDO A RUA / BECO / PRAÇA NAS MESMAS CONDIÇÕES QUE RECEBERA.

COMPROMETO-ME AINDA A REALIZAR UM "AVISO" ATRAVÉS DO SISTEMA DE SOM SOBRE A PROIBIÇÃO DE VENDA/USO DE DROGAS, UTILIZAÇÃO DE ARMAS E CONFUSÕES ANTES, DURANTE E DEPOIS DO EVENTO, SOB PENA DE NÃO MAIS HAVER A REALIZAÇÃO DO EVENTO.

[REDACTED]  
(Assinatura do(a) responsável)

[REDACTED]  
(Nome, identidade e assinatura do(a) testemunha)

[REDACTED]

[REDACTED]

GDH: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2014

Figura 8: Autorização para realização de evento - Bar do Zé Toré

## O que exige a Força de Pacificação



**Leia na íntegra o documento da Força de Pacificação que impõe várias regras para a realização de eventos na Maré. O organizador de um evento deverá cumprir os itens e ainda assinar um T e r m o de Responsabilidade.**

### Normatização das festas nas comunidades

- As festas serão autorizadas mediante contato prévio de 15 (quinze) dias de antecedência do evento, com o comando da tropa da área, mediante preenchimento do Termo de responsabilidade pelo responsável pelo evento. Este documento deve ser solicitado na Associação de Moradores ou ao Comando da Tropa na área.
  - Essa autorização estará sujeita a não ocorrência de hostilização contra a Força de Pacificação e poderá ser revogada se essa condição não for atendida.
  - Solicitar na Associação de Moradores e no 22º BPM o documento que comprove a ciência dessas instituições da realização do evento – o “Nada a opor” – e no Corpo de Bombeiros, caso a festa seja em ambiente fechado.
  - O responsável pelo evento deverá se certificar e se responsabilizar que não haverá venda e/ou consumo de drogas, ostentação de armas, tiros, brigas e confusões antes, durante e depois do evento, sob pena de não haver mais nenhum tipo de festa em toda a comunidade, sendo a festa imediatamente finalizada se ocorrer algum desses eventos.
  - O responsável pelo evento deverá fazer, no mínimo, um anúncio através de sistema de som sobre a proibição de venda de drogas, utilização de armas e confusões no evento.
  - As músicas não poderão fazer apologia a sexo, droga e armas, bem como a altura do som não deverá perturbar a paz e o sossego dos moradores.
  - O responsável deverá informar à comunidade que mora próximo ao local do evento sobre o dia, o horário de início e término da festa.
  - O responsável deverá deixar o local do evento, no mínimo, nas mesmas condições em que o encontrou, evitando lixo jogado nas ruas.
  - É recomendável que os menores de idade estejam acompanhados por adultos após às 22h.
  - A Força de Pacificação não fará a segurança interna dos eventos, que ficará a cargo do realizador do evento. Haverá somente a intensificação do patrulhamento externo.
- Após reunir todos os documentos ou em caso de dúvidas, o organizador do evento deve entrar em contato com a tropa pelo telefone 2519-5685. Qualquer irregularidade, perturbação da ordem, dano ao patrimônio, violência ou outro ilícito deve ser informado, o morador deve ser denunciado pelo Disque Pacificação: 3105-9717.

**Figura 9: Exigências da Força de Pacificação para realização de eventos**  
**Fonte: Jornal Maré de Notícias nº 53**

Por ser integrante de um grupo de pesquisa, o grupo Musicultura, atuante no bairro Maré desde 2004, pesquiso o contexto musical e social do local desde 2009. Através das pesquisas realizadas com o grupo, entrevistas e trabalho de campo, pude perceber que diversos eventos culturais focados em outros estilos receberam a mesma informação sobre a necessidade de autorização para suas realizações e além de outras exigências que o dono do bar, onde ocorrem os eventos de rock, não havia mencionado.

O que me causou estranhamento e se tornou o foco do presente trabalho, foi o fato de haverem eventos culturais, como os de funk, que não conseguiam a expedição da mencionada autorização, as exigências eram cobradas com maior firmeza e simplesmente eram proibidos de acontecer, situação que não foi observada com os eventos de rock.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 Considerações metodológicas

A presente pesquisa empregou metodologia qualitativa, com base em entrevistas realizadas na Maré, contendo uma questão aberta que contextualizava a situação dos eventos culturais do local após a ocupação militar. Foi esclarecido aos entrevistados que após essa ocupação alguns eventos culturais foram proibidos de acontecer, mesmo com as exigências impostas terem sido cumpridas, e que o rock, no entanto não cumpriu nenhuma exigência e mesmo assim não foi reprimido ou sofreu qualquer interferência dos militares. Em seguida perguntava-se o porquê de o rock não ter sofrido interferência e não ter sido proibido, já que o mesmo quebrou todas as regras impostas. A partir desse contexto os entrevistados falavam livremente sobre o assunto colocado. Foi utilizada a metodologia “bola de neve” (DEWES, 2013, p. 7) na qual algumas pessoas eram identificadas como fundamentais para compor o grupo de entrevistados e esses selecionados faziam a indicação de outras pessoas para a pesquisa.

Foram realizadas seis entrevistas com indivíduos que possuem ligação com o gênero rock, dentre os quais dois eram produtores, dois músicos e dois frequentadores. As entrevistas foram feitas entre junho e setembro de 2015, gravadas em áudio e transcritas, com o compromisso de manter sigilo quanto à identidade dos entrevistados que estão identificados pela letra de sua categoria - produtores (P), músicos (M), frequentadores (F) – seguida de numeração.

Após leitura prévia de todo o material coletado, foi destacado quatro categorias de análise separadas por temas (BARDIN, 1977, p. 106), que poderiam supor o porquê dos eventos de rock na Maré não serem reprimidos.

- Não envolvimento com o crime;
- Produto cultural entendido como não oriundo da favela;
- Associação à classe média branca;
- Visão social sobre os roqueiros.

### 3.2 A análise das entrevistas

Os eventos de rock na Maré após a ocupação militar iniciada em março de 2014 não apresentaram alteração em sua dinâmica no que se refere à frequência, horário de início e término, volume de som, além de não cumprimento das exigências impostar pelo comando militar presente. Diferentemente de outros eventos que ocorrem no local, não houve repressão do militares. Nesse contexto, buscou-se compreender o porquê haver um tratamento diferenciado.

Abaixo segue uma planilha que sintetiza a visão dos entrevistados para o que eles acreditam que seja a resposta para a questão apresentada.

<div> <div>Categorias de análise</div> <div>Entrevistados</div> </div>	Não envolvimento com o crime	Produto cultural entendido como não oriundo da favela	Vinculação à classe média branca	Visão sobre os roqueiros
P 1	o rock é menos associado ao crime	o rock é um estilo americano, é americano, legal.	associado a uma juventude de classe média, música de branco	um olhar de rebeldia que tem o rock, hoje ele é muito mais adestrado e contido pela indústria cultural
P 2	o rock que acontece na favela o é feito pelos traficantes	O rock não começou no Brasil, é uma cultura de fora, e aqui no Brasil a gente tem esse hábito de valorizar o que é de fora	quando se pensa em bandas de rock, do público roqueiro, as pessoas pensam logo em classe alta, dinheiro, associam a pessoas brancas	-----
M 1	o rock não tem ligação com o tráfico	a capacidade do rock ser uma música meio global, e não nasceu aqui.	é mais bem vista por ser uma música, teoricamente de classe média, branca	o roqueiro é visto como alguém mais culto, estudado, que tem mais acesso a cultura.
M 2	se você pegar um mp3 de um dos bandidos certamente ele não vai ta ouvindo rock, só funk	é um cultura que vem de fora, não é cria da favela	-----	Quem gosta de rock sabe conversar, tem mais educação, não fica criando confusão.
F 1	você não vê envolvimento com os bandidos...você chega no evento aqui e não vai encontrar bandido...diferente do baile [funk], com o rock não tem isso, essa associação de traficantes, não tem essa ligação com bandidos.	é música estrangeira, que todo mundo conhece	não acabaram com os eventos porque todo mundo acha que rock é coisa de rico, não é música de favelado	O público de rock são pessoas diferentes[...] as pessoas não são vulgares [...] é um público diferente, mais respeitado. [...]O jeito de falar, de se portar é diferente, é com respeito, mais educação
F 2	a gente consegue perceber que as pessoas que gostam de rock não se envolvem, não digo nem com a questão da droga em si, mas com a bandidagem	-----	eles acham que na favela não tem rock, que a gente aqui não escuta isso, que rock é só coisa de playboy branquinho de classe média.	no rock aqui não temos confusão, todo mundo se diverte, ninguém cria caso com ninguém, é todo mundo da paz.

Tabela 1: Tabela Temática (P – Produtor 1 e 2; M – Músico 1 e 2; F – Frequentador 1 e 2)



A primeira categoria analisada foi: **Não envolvimento com o crime**. Ao analisar essa categoria nota-se que os entrevistados enfatizavam que o rock não possui qualquer vínculo com o tráfico de drogas, ou até mesmo a presença de bandidos nos eventos e por não apresentar essa vinculação, esse seria um dos motivos pelo qual não houve repressão. Curiosamente os entrevistados faziam esse apontamento utilizando o funk como contraponto, uma observação que reproduz o que é repetido por outros setores da sociedade, na qual associa o funk à criminalidade, ao tráfico de drogas, criminalizando seus artistas e freqüentadores dos bailes.

...o rock é menos associado ao crime[...]os estilos que hoje são associados à pobreza, a violência são outros, principalmente o funk, né? Que é um estereótipo, um preconceito. Acaba que na prática na hora de produzir quem sofre mais com isso é principalmente o funk e não o rock né? [...] O funk é um estilo associado à pobreza, acaba que eles são os mais criminalizados então tentam proibir, e esse estereótipo reforçado pela mídia acaba que vira uma verdade pras pessoas, no senso comum. N o rock não tem esse apelo, é uma música já consagrada, apesar das letras muitas vezes terem contestação, terem os mesmo assuntos de violência, sexo ou drogas, o peso cai mais pra esse outro estilo. (P1).

...o funk você vai relacionar a um público específico e teoricamente a uma criminalidade, então tem a ligação, eu acho. E aí, o rock não tem ligação com o tráfico. Acho que tá marcado por isso, já que estamos falando de pacificação e presença da força militar, eu acho que fica marcada aí essa relação com a criminalidade. (M1)

Não tem porque proibir, no Rock não tem bandido, diferente do baile [funk], e na cabeça deles [militares] proibir o baile [funk] é uma forma de combater a criminalidade, o consumo de drogas, o que não quer dizer que não tenham no evento de rock. Funk é uma parada mais de gueto, de pobre, eles pensam logo no consumo de drogas e no armamento envolvido no meio do evento, se você pegar um mp3 de um dos bandidos na certa ele não vai ta ouvindo rock, só funk. (M2).

...o rock que acontece na favela não é feito pelos traficantes, não tem bandido[...]já o funk produzido aqui, [na Maré] na maioria das vezes os traficantes que fazem, porque é muito custo você fazer uma festa gigante daquela. (P2).

você não vê envolvimento com o tráfico...você chega no evento aqui e não vai encontrar bandido...diferente do baile [funk], com o rock não tem isso, essa associação de traficantes, não tem essa ligação com bandidos. (F1).

...se a gente olhar o baile [funk], dentro de uma comunidade, a gente vai sempre ver traficante participando, e o rock a gente sabe que anda meio que contra isso, é uma cultura musical, a gente consegue perceber que as pessoas que gostam de rock não se envolvem, não digo nem com a

questão da droga em si, mas com a bandidagem, então é... talvez por essa questão não tenha acontecido nenhum tipo de interferência dos militares[...]Acho que a gente consegue ver menos problemas de violência um contra o outro no rock do que a gente vê em baile funk .(F2)

Como apresentado no capítulo 1, a favela e suas manifestações culturais são por diversas vezes associada à criminalidade, à pobreza e vinculação com o tráfico de drogas e seu morador grafado pelo estigma de classe perigosa. Facina (2009, p. 5) aponta que:

[...]criminalizar a pobreza requer que se convença a sociedade como um todo que o pobre é ameaça, revivendo o mito das classes perigosas[...]E isso envolve não somente legitimar o envio de caveirões para deixar corpos no chão nas favelas, mas também criminalizar seus modos de vida, seus valores, sua cultura.

Por ser apontado nas entrevistas como um gênero musical que não tenha a favela como origem, do ponto de vista dos entrevistados, há um afastamento da vinculação com o crime e a pobreza, sendo assim não sofrendo com a repressão, livremente podendo ser apreciado, vinculado à juventude, à liberdade, e portanto tendo a possibilidade de ser disseminado de diversas formas, encontrado em comerciais, filmes, desenhos para crianças e através da produção de grandes festivais como o Rock in Rio, contando com o apoio financeiro do Estado, e incentivado para que ocorra com regularidade já que o mesmo rende altas cifras.

A categoria de análise **Produto cultural entendido como não oriundo da favela** explicita a forma como o local de pertencimento do rock é visto pelos entrevistados, como não sendo um tipo de música que tenha surgimento na favela, uma música estrangeira e portanto uma cultura valorizada, considerada superior por vir de fora de um local empobrecido e criminalizado, e que supostamente desta forma a cultura estaria sendo levada para a Maré e seus moradores. Por essa razão

acredita-se que teria uma maior aceitação pelo militares em questão. Dos seis entrevistados, cinco apresentaram este argumento:

Eu acho que é porque o rock é um estilo americano né? E aí só o fato de ser de um país que é uma potência mundial, que tudo que eles falam todo mundo respeita, é considerado superior, já dá uma filtrada, é americano, legal. (P1).

...a primeira coisa que vem na minha cabeça é a capacidade do rock ser uma música meio global, e não nasceu aqui. E só de não ser da favela já conta muito. (M1).

...é uma cultura que vem de fora, não é cria da favela. O rock na favela é cultura, eles devem pensar que é bom que esteja rolando eventos de rock porque tá trazendo cultura pra favela. (M2).

O rock não começou no Brasil, é uma cultura de fora, e aqui no Brasil a gente tem esse hábito de valorizar o que é de fora, valorizar muito mais o que vem de fora do que o que é de dentro, já começa por aí. A história do rock também, por mais que isso não esteja diretamente explícito no imaginário das pessoas, quando você pensa em rock, você pensa em grupos musicais estrangeiros. (P2).

...acho que é porque vem gente de fora daqui, é música estrangeira[...]além de ser música gringa, que todo mundo conhece, tem um monte de festival grande por aí com várias bandas de fora, e tem que trazer isso pra cá. (F1)

Nota-se nas falas que na avaliação dos entrevistados o simples fato de o rock não ser visto como um produto cultural da favela já o tornaria valorizado. Essa valorização supõe que uma cultura quando associada à favela é vista como inferior, e desconsiderada. Nesse aspecto o rock seria entendido uma forma de inserção de cultura no local, já que supostamente a Maré seria um território pobre culturalmente. Nesse sentido a palavra cultura, para Da Matta (1986, p. 1):

[...] é uma palavra usada para classificar as pessoas e, às vezes, grupos sociais, servindo como uma arma discriminatória contra algum sexo, idade ("as gerações mais novas são incultas"), etnia ("os pretos não tem cultura") ou mesmo sociedades inteiras, quando se diz que "os franceses são cultos e civilizados" em oposição aos americanos que são "ignorantes e grosseiros". Do mesmo modo é comum ouvir-se referências à humanidade, cujos valores seguem tradições diferentes e desconhecidas, como a dos índios, como sendo sociedades que estão "na Idade da Pedra" e se encontram em "estágio cultural muito atrasado".

Para os entrevistados, essa seria a forma como as autoridades encaram o rock dentro da Maré, fazendo assim com que o mesmo não fosse reprimido.

Conforme aponta Silva (2012, p.12):

Estariamos diante então de um novo processo civilizatório, de uma reeducação social dos favelados. [...]uma nova regulação dos espaços favelados a partir de um referencial que tem sua origem nas camadas mais abastadas da cidade, em detrimento do saber cultural construído/produzido a partir da relação entre os moradores e seu território de morada.

Um exemplo concreto de evento musical proibido na Maré no contexto da ocupação militar foram os bailes funk. Como mostra Francisco Marcelo Silva (2012, p.12) ao mencionar a fala do capitão Glauco da UPP do Morro da Providência.

Apesar de ser uma cultura popular, a população ainda não está preparada para isso. No futuro, quando estiverem conscientizados, escutando música clássica, música popular brasileira, conhecendo outros ritmos, outras culturas, a gente até pode autorizar, mas hoje não". (Revista Democracia Viva n. 45 Julho/2010 - IBASE )

Para Laraia (2009, p. 72-73) enxergar o mundo através de sua própria cultura, e considerar a partir dela o que é certo ou errado, o que é normal ou não, caracteriza uma atitude etnocêntrica, uma atitude geradora de conflitos, na qual faz nascer o preconceito, o racismo, a intolerância, e que justificam atos de violência que são direcionados aos considerados "os outros".

E, através de um processo etnocêntrico, o rock estaria incorporado ao local e compreendido como uma das formas de "salvação cultural" dos moradores da Maré.

Quando surgiu, o rock foi discriminado por ser um gênero musical de origens negras, visto como música de "delinquentes juvenis, preguiçosos e indolentes" (Rochedo apud Diska; Hillig, 2015, p. 1). No entanto, após a apropriação do gênero pela juventude de classe média branca, fez com que esse panorama fosse modificado, surgindo artistas brancos cantando as músicas dos negros, e assim

fazendo com que o rock alcançasse o sucesso de mercado e tendo suas raízes abafadas pelo sucesso midiático dos artistas brancos.

A terceira categoria analisada foi a **Vinculação à classe média branca**, um apontamento bem marcado na visão dos entrevistados, que acreditam ser esta a percepção das autoridades. Segundo os entrevistados, por não associarem o gênero musical rock como tendo origem na favela, produzido ou criado por moradores de tal área, seria entendido como algo positivo, visto como benéfico ter a cultura de classes dominantes presente em um local associado à pobreza cultural, e assim agregando novos valores à população favelada.

Ele [o rock] é muito mais associado a uma juventude de classe média, música de branco, que não tem problema a gente ouvir, apesar de não ser, você vai na Baixada, nos lugares mais pobres, tem gente ouvindo rock, mas criou-se um estereotipo de que quem ouve funk é pobre, burro e quem ouve rock é de classe média e tem mais cultura. (P1).

...é mais bem vista por ser uma música, teoricamente de classe média, branca. E aí, teoricamente o público desses eventos seriam públicos diferenciados, o funk seria caracterizado como uma música negra e o rock não [...] um público de classe média que viria buscar o rock e o funk seria um público mais pobre né? (M1).

O rock na favela é cultura, eles devem pensar que é bom que esteja rolando eventos de rock porque tá trazendo cultura pra favela, música de branco. (M2).

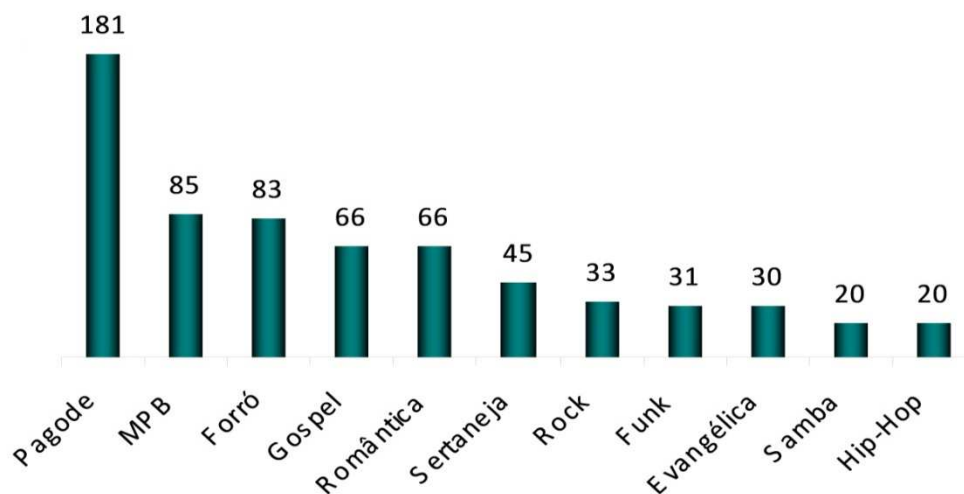
...quando se pensa em bandas de rock, do público roqueiro, as pessoas pensam logo em classe alta, dinheiro, associam a pessoas brancas, porque é isso que a gente vê na televisão, a maior parte dos músicos são brancos, e é caro fazer rock, comprar equipamento, instrumento, não é música pra pobre não. (P2).

Acho também que eles não acabaram com os eventos porque todo mundo acha que rock é coisa de rico, porque é caro ter os instrumentos né? (F1). Eles [os militares] acham que na favela não tem rock, que a gente aqui não escuta isso, que rock é só coisa de playboy de classe média, com grana. (F2).

Pensar que não se produz, ou não há apreciadores de rock na Maré, é ter uma visão limitada e preconceituosa da riqueza cultural de uma favela, que além de ter músicos e adeptos do referido gênero, é possível encontrar um leque amplo de

outros gêneros musicais, mais uma vez o que se percebe é a desvalorização da favela, sua população e sua produção cultural, juntamente com o fortalecimento do estereótipo de que na favela somente se ouve funk.

Em pesquisa realizada pelo grupo Musicultura em 2006, com a aplicação de 929 questionários válidos em duas favelas da Maré, Nova Holanda e Baixa do Sapateiro, dos quais não fiz parte da aplicação dos mesmos, porém participei de todo o processo de análise das respostas e reflexão de seu conteúdo, foi possível transformar em dados concretos aquilo que seus moradores já presenciavam, a multiplicidade de gêneros musicais existente no local.



**Figura 10: Que tipo de música você mais gosta? (Gênero musical por quantidade de respostas)**  
**Fonte Grupo Musicultura**

A quarta e última categoria de análise; **Visão sobre os roqueiros**, se refere à forma como os entrevistados acreditam que os eventos e os freqüentadores dos eventos de rock na Maré são encarados pelas forças militares.

o rock, hoje ele é muito mais adestrado e contido pela indústria cultura[...]hoje o rock é menos contestador e muito mais uma juventude contida dentro do padrão da indústria cultural. (P1).

Segundo (P1), a indústria cultural teria freado o caráter revolucionário do rock, a ideia de contestação que havia no seu surgimento, quando a classe média branca se apropriou da música negra como forma de contestação dos valores da época, o mesmo ocorreu no Brasil na década de 1980, quando o rock teve seu auge, em um momento de finalização do período ditatorial, transformando-se em um gênero musical mais contido e dentro dos padrões do mercado, não representando um elemento conflitante para as classes dominantes.

o roqueiro é visto como alguém mais culto, estudado, que tem mais acesso a cultura. (M1).

Quem gosta de rock sabe conversar, tem mais educação, não fica criando confusão com tudo, arrumando briga nos eventos, nunca vi acontecer aqui na Maré, sempre começa e termina tudo bem, mesmo com a galera bêbada. (M2).

Acho que por causa do tipo de público, o público de rock são pessoas diferentes. São eventos que não são vulgares, as pessoas não são vulgares, o tipo de público que curte essa música é um público que vai simplesmente pra se divertir, encontrar os amigos, beber e conversar, curtir uma boa música, basicamente isso, e é um público mais respeitado. E eu acho que as pessoas são mais conscientes de espaço, de respeito do que pode e não pode, de limite, são pessoas que não ferem o espaço de ninguém, não arrumam confusão. O jeito de falar, de se portar é diferente, é com respeito, mais educação. (F1).

...no rock aqui não temos confusão, todo mundo se diverte, ninguém cria caso com ninguém, é todo mundo da paz, então não tem porque acabar com um evento que só tem gente do bem. (F2).

Nas falas dos entrevistados (M1), (M2), (F1) e (F2), percebe-se elementos de diferenciação, colocando-se os adeptos do rock como sujeitos carregados de cultura, apresentando um diferencial no que se refere à forma educada de se comportar, diferenciando-os de outros grupos, caracterizando o público roqueiro dentro da Maré como socialmente aceitáveis pelas autoridades militares. De acordo com Cucho (1999, p.177):

Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o

distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

Essa tentativa do público do rock se mostrar com classificações positivas, pode ser um indicativo de fuga do estereótipo de como a favela e a população residente no local é representada. Como é o caso de alguns moradores, que na busca por trabalho se dizem residentes do bairro de Bonsucesso, um bairro vizinho à Maré, na tentativa de não serem taxados com o estigma que a favela carrega. No entanto esse discurso acaba por legitimar a ação truculenta do Estado, como se fosse uma concordância com a repressão a outros eventos culturais, já que os roqueiros, segundo os entrevistados, seriam diferentes dos outros grupos existentes na Maré, não havendo associação com a violência, não representando perigo. Porém na hora em que ocorre a repressão e o desrespeito aos direitos dentro da favela todos saem perdendo, pois o alvo principal da repressão é a população pobre.

No que se refere à ideia de os roqueiros serem mais educados e respeitarem o espaço das outras pessoas, como mencionado na fala de (F1), o que de fato percebe-se é um comportamento um pouco diferente. Os eventos não respeitam as exigências impostas pelos militares, como por exemplo, o horário de término dos eventos e por consequência não respeitando os moradores do local, já que é uma rua residencial e o volume sonoro é acima do permitido para tal.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua existência, a favela, foi apresentada como um grave problema urbano e social, que manchava a imagem da cidade, representando perigo às classes dominantes, associada à pobreza e representada como um antro de pessoas perigosas, sofrendo diversas tentativas de extinção. A Maré, em meio a inúmeras tentativas de remoção, permaneceu graças ao forte movimento de resistência de seus moradores.

Em um processo de criminalização da favela e seus moradores, a mídia contribuiu para que a imagem da favela fosse cada vez mais vinculada à violência, e seus moradores vistos como “classe perigosa” representando ameaça, o que potencializou o preconceito existente e gerou um clima de medo no restante da cidade, legitimando a violência do Estado. Assim, é declarada uma “guerra ao tráfico”, no qual uma das estratégias apresentadas é a instalação das UPPs, e que acaba por se caracterizar como uma guerra aos pobres.

Com a chegada dos grandes eventos esportivos, a Maré tem o processo de implantação de uma UPP iniciado, e dá-se início às incursões militares de forma violenta, nas quais impera a repressão, a imposição de normas e valores.

Um dos aspectos da criminalização da pobreza é a criminalização de práticas culturais existentes na favela, vistas como inadequadas, ilegais, um possível foco de crime, uma ameaça à ordem e que, portanto torna-se necessário serem combatidas, como ocorreu com o samba e o funk.

Após a ocupação militar na Maré, em meio aos estudos do grupo de pesquisa Musicultura, nos foi possível notar que alguns eventos culturais estavam sofrendo repressão e impedidos de acontecer, no entanto, o Rock em Movimento, evento que

acontece na rua, não cumpria nenhuma exigência imposta e não sofria com a repressão militar.

Apesar do rock apresentar raízes negras, com influência de músicas como o jazz e blues, o mesmo foi apropriado ao longo de sua trajetória pela juventude de classe média branca, e somente após músicos brancos cantarem o rock feito pelos negros, o gênero musical passou a ser aceito e ganhou proporção global.

No Brasil, mesmo os músicos de rock envolvendo-se com atos ilícitos, a repressão ao mesmo era questionável, já que era uma juventude de classe média e possuíam um histórico familiar que os protegia. Além disso, o gênero musical foi aos poucos sendo associado a eventos concientizadores, que possivelmente faziam a juventude pensar nos problemas da sociedade.

Na Maré, apesar do senso comum achar que não é um espaço produtor de rock, ou até mesmo que entre seus moradores não possa ser encontrado apreciadores do gênero, há um forte movimento. Como moradora da Maré desde meu nascimento e integrante de um coletivo de rock, além de atuante como vocalista de uma banda de rock que se apresentou em vários pontos da Maré e fora dela, a Algoz, tenho presenciado dentro da minha trajetória de vida o crescente movimento rock, sem nunca ter notado qualquer tipo de repressão. Essa proximidade me facilitou observar de perto a dinâmica social na qual a Maré passa no seu cotidiano, antes e após a ocupação militar, percebendo determinadas nuances que talvez não fossem captadas por um pesquisador não nativo, ao mesmo tempo, o contato com integrantes do Musicultura não residentes na Maré, contribuiu para que pudesse fazer uma análise de forma ampliada.

Após análise das entrevistas, da trajetória do rock e da visão da sociedade sobre o mesmo, foi possível pensar o que poderia ocorrer de diferente com o referido evento, que fez com que não recaísse sobre si a repressão militar.

Segundo a análise feita, a não repressão se daria pela percepção dominante de não ser um gênero que tenha origem na favela – portanto seria mais valorizado –, não estar associado à pobreza, não ter ligação com tráfico de drogas, juntamente com a ideia de ser um gênero musical vinculado à classe média branca, um gênero musical relacionado à juventude e que tem incentivo para ser consumido de diversas formas. Um apontamento que vem acompanhado com a ideia da favela como local de violência, criminosos e pobreza, ideia que é reproduzida constantemente, criminalizando o local, seus moradores e a cultura dos mesmos.

Dessa forma, para os entrevistados, o rock pode ser compreendido pelas tropas de pacificação como parte de um processo civilizador que engloba outras ações que desconsideram a cultura da favela, mesmo sendo este um gênero musical presente desde antes da ocupação militar.

Segundo Pacheco (2014, p. 138):

A “comunidade pacificada”, na visão dos planejadores e nas representações da mídia, não é só aquela onde se desenrolou uma ação militar para desalojar o controle do crime organizado, mas aquela em que os moradores e as condições de vida teriam passado por uma modificação completa, fruto de uma ação supostamente de natureza civilizatória.

Ao analisar o processo de repressão na Maré, no âmbito musical, ficou muito evidente através das falas dos entrevistados que há elementos de raça e classe social. O rock mesmo tendo raízes negras, foi aceito após seu “embranquecimento” e hoje passa a ser encarado como um gênero musical elitizado. Os elementos culturais que estão associados à classe pobre e aos negros, trazem em sua história

marcas de repressão e criminalização, o que caberia a uma nova pesquisa a ser desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Palomo. **Do blues ao movimento pelos direitos civis**. Revista de História, v. 3, n. 1, p. 50-70, 2011. Disponível em:< [http://www.revistahistoria.ufba.br/2011\\_1/a04.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/a04.pdf)>. Acesso em: 10/03/2015.

ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro**. São Paulo: Unesp, 2013.

ANDRADE, Hanrikson; COELHO, Henrique. **Forças policiais do Rio ocupam favelas do Complexo da Maré**. UOL Notícias, Rio de Janeiro, 30 de mar. 2014. Cotidiano. Disponível em:< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/30/forcas-policiais-do-rio-comecam-a-ocupar-favelas-do-complexo-da-mare.htm>>. Acesso em: 01/06/2015.

BAENA-UNISO, Pâmela Keiti. **Rock around the clock: A difusão do rock em território brasileiro**. In: Congresso Internacional de Estudos do Rock, 2, 2015, Paraná: Unioeste, 2015.. Disponível em:< [http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/3/artigo\\_simposio\\_3\\_1023\\_pamelabaena@hotmail.com.pdf](http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/3/artigo_simposio_3_1023_pamelabaena@hotmail.com.pdf)>. Acesso em: 08/08/2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BRUM, Mario. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: Da ditadura de 1964 aos Grandes Eventos**. O Social em questão, n. 29, p. 179-208, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>>. Acesso em: 10/01/2015.

**CENSO DE EMPREENDIMENTOS DA MARÉ**. Disponível em:< [http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2014/07/GuiaEmpreendedores\\_FINAL\\_18JUL.pdf](http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2014/07/GuiaEmpreendedores_FINAL_18JUL.pdf)>. Acesso em: 05/05/2015.

CHACON, Paulo. **O que é rock**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DA MATTA, Roberto. **Você tem Cultura?** Disponível em:< [http://naua.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA\\_voce\\_tem\\_cultura.pdf](http://naua.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA_voce_tem_cultura.pdf)>. Acesso em: 03/02/2016.

DEWES, João Osvaldo. **A amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática – Departamento de Estatística, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/93246>>. Acesso em: 14/01/2016.

DISKA, Nathana Marina; HILLIG, Clayton. **Rock’N Roll como Bandeira**. In: Congresso Internacional de Estudos do Rock, 2, 2015, Paraná: Unioeste, 2015. Disponível em: <[http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/6/artigo\\_simposio\\_6\\_284\\_nathana-@hotmail.com.pdf](http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/6/artigo_simposio_6_284_nathana-@hotmail.com.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. **“Brasil mostra a tua cara”**: rock nacional, mídia e a redemocratização política (1982-1989). 2009. 192 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93362>>. Acesso em: 15/09/2015

FACINA, Adriana. **‘Não me bate doutor’**: Funk e criminalização da pobreza. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5, 2009, Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf>>. Acesso em: 02/09/2015.

FLEURY, Sonia. **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 14, nº 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras**: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 127 p. Dissertação (Mestre em Administração) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2014.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll**: Uma história social. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FURQUIM, Saulo Ramos. **A criminologia cultural e a criminalização das culturas periféricas**: discursos sobre crime, multiculturalismo, cultura e tédio. 2014. 126 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/28714>>. Acesso em: 17/09/2015.

JACQUES, Paola Berenstein; VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

KAPP, Paula. **Controle social sobre a classe trabalhadora**: as interfaces entre a política de assistência social e criminal. 2015. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEITE, Márcia Pereira. 2014. "**Entre a 'guerra' e a 'paz'**: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro". In: Luiz Antonio Machado da Silva, Márcia Leite (orgs.), Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora/Cevis. Parte I. Dilemas. Vol. 7, n. 4. 2014. p. 625-642. Disponível em: <[http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-4\\_Art2.pdf](http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-4_Art2.pdf)>. Acesso em: 13/07/2015.

MAGALHÃES, Alexandre. **O “legado” dos megaeventos esportivos**: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.19, n. 40, p. 89-118, 2013.

**Maré de Rock: Pela Vida, Contra o Extermínio**. Disponível em:<<http://www.lsr-cit.org/nacional/25-nacional/534-mare-de-rock-pela-vida-contra-o-extermínio>>. Acesso em 03/04/2015.

MARTINS, M. A. **No Rio, UPP da Maré será instalada em área controlada por milícia**. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 30 de mar. 2015. Cotidiano. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1610426-no-rio-upp-da-mare-sera-instalada-em-area-controlada-por-milicia.shtml>>. Acesso em: 01/06/2015.

MILIOTTI, Rosilene. **Não deixe o funk morrer**. Jornal Maré de Notícias nº 53, Rio de Janeiro, mai. 2014. Militarização, p. 9. Disponível em:< <http://redesdamare.org.br/blog/mare-de-noticias/mare-de-noticias-53/>>. Acesso em: 03/03/2015.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MELLO, Kátia Sento Sé. **Nem tão perto, nem tão longe**: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. Civitas - Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 44-65, abr. 2015. ISSN 1984-7289. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/19939/12832>>. Acesso em: 03 Fev. 2016.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, p. 01-22, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” Serpa/2010. Disponível em:<[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo)>. Acesso em: 23/11/2015.

**O que é UPP?** Disponível em:< [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)>. Acesso em: 04/05/2015.

PACHECO, João de Oliveira. (2014), **Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios**. In: Mana, Vol. 20, n 1, p. 125-161. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf>>. Acesso em: 14/07/2015.

PEIXOTO, Ari. **Forças Armadas vão ocupar região do Complexo de Favelas da Maré, no Rio**. Postal G1, Rio de Janeiro, 24 de mar. 2014. Disponível em:<<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/03/forcas-armadas-vao-ocupar-regiao-do-complexo-de-favelas-da-mare-no-rio.html>>. Acesso em: 01/06/2015.

ROCHEDO, Aline. **“Não provoque! Ela toca rock.”** De Nora Ney a Cássia Eller, a mulher na história do rock brasileiro. In: Congresso Internacional de Estudos do Rock, 2, 2015, Paraná: Unioeste, 2015. Disponível em:< [http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/2/artigo\\_simposio\\_2\\_257\\_rochedoaline@hotmail.com.pdf](http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/2/artigo_simposio_2_257_rochedoaline@hotmail.com.pdf)>. Acesso em: 01/10/2015.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço decente**: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917 – 1933. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

SILVA, Alexandre Dias da. **A Maré no ritmo das ONGs**: uma análise sobre o papel das oficinas musicais de Organizações Não-Governamentais no bairro Maré/Rio de Janeiro. 2011. 98 p. Dissertação (Mestre em Etnomusicologia) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Francisco Marcelo da; SILVA, Kelly Regina Santos. **O Novo Modelo de Segurança Pública no Rio de Janeiro**: Violação ou Garantia de Direitos Humanos nas Favelas Cariocas? In: Revista Brasileira de Pós Graduação em Ciências Sociais. Volume 11 (1), 2012, p. 38-62.



SILVA, Luciane Soares da. **Agora abaixe o som**: UPPS, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 165-179, abr. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792014000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19/06/2015.

VALENTE, Júlia Leite. **UPPS**: observações sobre a gestão militarizada de territórios desiguais/UPP's: notes on the militarized management of unequal territories. In: Revista Direito e Práxis, v. 5, n. 9, p. 207-225, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistaceaju/article/view/8590>>. Acesso em: 17/06/2015.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VIANNA, Victor. **Rock na MarYEAR!** Jornal Maré de Notícias nº 33, Rio de Janeiro, set. 2014. Cultura, p. 14. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/blog/mare-de-noticias/mare-de-noticias-33/>>. Acesso em: 03/03/2015.

WERNECK, Antônio. **Presença de militares na Maré custa R\$ 1,7 milhão por dia**. O Globo, Rio de Janeiro, 26 de mai. 2014. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/presenca-de-militares-na-mare-custa-17-milhao-por-dia-12601748>>. Acesso em: 14/01/2016.

ZALUAR, Alba. **Morte e vida nas favelas**. Carta Capital. Jan. 2011. Educação. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/morte-e-vida-nas-favelas>>. Acesso em 14/01/2016.

\_\_\_\_\_; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZANUTTO, Flávia. **Discurso, resistência e identidade**: o rock brasileiro dos anos 1980. 2010. 368 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103564>>. Acesso em: 01/11/2015.